

## CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE MARÇO DE 2017

## DELIBERAÇÕES

### DÉCIMA SEXTA SEMANA DA EDUCAÇÃO E DÉCIMA PRIMEIRA FEIRA DO LIVRO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar:

1- A realização da XVI Semana da Educação e da XI Feira do Livro na última semana do segundo trimestre do ano letivo, entre os dias 27 de março e 01 de abril de 2017, a qual, e como vem sendo hábito, integrará atividades promovidas pelos diversos serviços municipais e também aquelas que os próprios estabelecimentos de ensino tenham intenção de desenvolver, pelo que o programa prévio que agora se aprova e que consta em anexo à presente ata resulta de reuniões de articulação havidas entre o Município de Alvaiázere e os estabelecimentos de ensino do concelho, podendo, eventualmente, ser sujeito a alterações de acordo com as disponibilidades das entidades a convidar;

2 – Concordar com a realização da despesa inerente à realização deste evento, devidamente contemplado no orçamento, as quais totalizam 869,10€ e 2.887,00€, que irão onerar as AMR's 02/007/2013/5101 e 02/003/2013/5036, com os números sequenciais de cabimento: 13266 e 13267, respetivamente, sendo competente para autorizar a realização destas despesas, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a Presidente da Câmara, ou quem ela tenha delegado competências para o efeito no âmbito do pelouro que promove o evento, devendo os procedimentos ser conduzidos pelo

Gabinete de Consultadoria auditoria e controlo de gestão, nos termos do Código dos Contratos Públicos, bem como demais legislação em vigor sobre a matéria;

5. Atribuir competências à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, para decidir eventuais questões relacionadas com a operacionalização/promoção deste evento, inclusivamente alterar eventuais prestadores de serviços e o programa, com faculdade de subdelegação num vereador;

**(Aprovado por unanimidade)**

### REGULAMENTO ALVAIÁZERE +

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o projeto do Regulamento do Ecosistema Empresarial e Empreendedor de Alvaiázere – ALVAIÁZERE +, que consubstancia os normativos relacionados com o funcionamento da incubadora de negócios do concelho de Alvaiázere, com a instituição de apoios municipais ao investimento estratégico, entre os quais a cedência de lotes empresariais, e de incentivos à criação de emprego e ao empreendedorismo;

2- Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade

Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal.

As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no Diário da República, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250-100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt, com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

**(Aprovado por maioria)**

#### **CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADES INTERCATEGORIAS**

A Senhora Presidente apresenta a proposta de consolidação das mobilidades internas à consideração e análise da Câmara Municipal, para efeitos do n.º 5 do aludido artigo 99.º-A da LGTFP, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento, concordando com o exposto na proposta apresentada e com os considerandos que a mesma continha, designadamente quanto à necessidade de coordenação ali referenciada e ao empenho mostrado pelos trabalhadores na execução das suas tarefas, nomeadamente na capacidade de liderança e de chefia de equipas, bem como na motivação dos seus colaboradores e capacidade de programar atempada e adequadamente as diversas tarefas a desenvolver, demonstrando que possuem competências, os conhecimentos e detêm o perfil adequado para a função de encarregados operacionais, tendo deliberado, consolidar as mobilidades na categoria de encarregado operacional.

A presente proposta não comporta qualquer aumento das despesas com o pessoal, possui dotação orçamental nas classificações económicas a seguir identificadas, tendo-se alterado duas das classificações propostas pela Senhora Presidente, e respetivos números

sequenciais de cabimento: 0102/1010404 – Recrutamento para novos postos de trabalho – n.º sequencial de cabimento 13280; 0102/0101140101 – Transitado da anterior nomeação definitiva – Subsídio de férias e de natal (uma vez que estes trabalhadores transitaram de anterior nomeação definitiva) – n.º sequencial de cabimento 13002; 0102/0101130101 – Transitado da anterior nomeação definitiva – Subsídio de refeição (uma vez que estes trabalhadores transitaram de anterior nomeação definitiva) – n.º sequencial de cabimento 12999; 102/0103050201 – Caixa Geral de Aposentações – n.º sequencial de cabimento 13013.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **ALVAIÁZERE CAPITAL DO CHÍCHARO: 37.ª FAFIPA E 15.º FESTIVAL GASTRONÓMICO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Aprovar a congregação da “37ª FAFIPA” e o “15º Festival Gastronómico”, no “Alvaiázere Capital do Chícharo”, capitalizando-se sinergias e dinâmicas alcançadas nos anos transatos;

2- Aprovar a realização do “Alvaiázere Capital do Chícharo” entre os dias 09 e 13 de junho.

3 – Concordar com a realização da despesa inerente à realização deste evento, devidamente contemplado no orçamento, que deve onerar a AMR 02/001/2017/5012, com a classificação orçamental 0102/110299 e com o número sequencial de cabimento 13238, sendo competente para autorizar a realização destas despesas, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a Presidente da Câmara, ou quem ela tenha delegado competências para o efeito, devendo os procedimentos ser conduzidos pelo Gabinete de Consultadoria Auditoria e controlo de gestão, nos termos do Código dos Contratos Públicos, bem como demais legislação em vigor sobre a matéria.

**(Aprovado por maioria)**

#### **APOIO HABITACIONAL**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, tendo em conta o melhoramento da qualidade de vida desta família que atualmente residem numa habitação com bastantes insuficiências em termos de condições habitacionais, facto que, só por si, os relembra diariamente da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, deliberou:

1. Aprovar a cedência de materiais de construção para permitir a conclusão das paredes interiores e exteriores da sala, designadamente: tijolos, areia do rio, areia amarela e cimento, totalizando o preço total, sem IVA, será de 130,10€, sendo da responsabilidade do requerente assegurar a mão-de-obra necessária a esta intervenção.
2. A presente despesa possui cabimento na AMR 02/010/2017/5045, com o número sequencial de cabimento 13.094, podendo ainda este material ser requisitado ao serviço de armazém da UOOMU caso exista em stock.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **ACADEMIA DE VERÃO - UNIVERSIDADE DE AVEIRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar:

1. Continuar a criar condições para que um máximo de 10 (dez) jovens que frequentem o ensino secundário em estabelecimentos de ensino do concelho, independentemente da sua naturalidade e residência, tenham a oportunidade de contactar com o mundo académico e de explorar os seus interesses e vocações;
2. Que as vagas sejam distribuídas entre os dois estabelecimentos de ensino secundário do concelho, na proporção de 5 para o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere e 5 para a ETP Sicó.
3. Que cada estabelecimento de ensino selecione os alunos que participarão na iniciativa, com base nos seguintes critérios:

aproveitamento (no final do 2º trimestre), comportamento, postura e atitudes;

4. Que cada estabelecimento de ensino selecione efetivos para o número de vagas correspondente e 5 suplentes e que, na eventualidade de um estabelecimento de ensino não preencher o número de vagas, as mesmas sejam preenchidas pelos alunos identificados como suplentes pela outra escola;

5. Comparticipar cada participação até ao valor máximo de 120,00€ (cento e vinte euros), com base nos escalões da Segurança Social para efeito de atribuição de Subsídios nos seguintes moldes:

- a. Escalão 1: 120,00€
- b. Escalão 2: 90,00€
- c. Escalão 3: 60,00€
- d. Escalão 4: 30,00€
- e. Escalão 5: sem comparticipação.

6. Em qualquer das situações os alunos devem pagar a totalidade do valor à Universidade de Aveiro e posteriormente apresentar requerimento (acompanhado de comprovativo de pagamento e de declaração da Segurança Social, que comprove o escalão que lhes está atribuído) na Câmara Municipal para serem reembolsados da comparticipação a que tenham direito;

6. Esta despesa tem cobertura orçamental na classificação 02 0102/110299 e GOP 02 003 2013/5037, expectando-se uma despesa (com base na experiência de anos anteriores) de cerca de 1.000,00€, sendo o número de cabimento o 13234, sendo suficiente para autorização do pagamento a receção do requerimento e a confirmação por parte da Senhora Vice-Presidente da frequência do respetivo aluno.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO N.º 605 DA FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO (N.º 306 DA EXTINTA FREGUESIA DE REGO DA MURTA)**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de

2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra transcrita, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

**(Aprovado por unanimidade)**

**RECEÇÃO PROVISÓRIA DA EMPREITADA  
"REQUALIFICAÇÃO URBANA DE CABAÇOS"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar a sua anuência à receção provisória da empreitada "Requalificação Urbana de Cabaços", referente aos trabalhos executados pela empresa José Marques Grácio, S.A., conforme o auto de vistoria para efeitos da receção provisória, devidamente outorgados pelos representantes no processo;
2. Considerar a presente receção provisória da empreitada da "Requalificação Urbana de Cabaços", com efeitos a partir da data da conclusão da empreitada (25 de julho de 2014), data em que a empreitada foi afeta pelo dono de obra aos fins a que se destinava.

**(Aprovado por maioria)**

**RECEÇÃO DEFINITIVA - "LIGAÇÃO DA EN  
110 EM CABAÇOS (ALVAIÁZERE) POR S.  
JORDÃO, AO CONCELHO DE FERREIRA DO  
ZÊZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada da "Ligação da EN 110 em Cabaços (Alvaiázere) por S. Jordão, ao concelho de Ferreira do Zêzere", adjudicada à empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo;
2. Nos termos do disposto n.º 295.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, proceder à liberação

da caução, devendo ser dado conhecimento ao serviço de gestão financeira.

**(Aprovado por maioria)**

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA DA  
"DESPOLUIÇÃO INTEGRADA DO RIO NABÃO  
(DEPENDÊNCIA DA ETAR DE ALVAIÁZERE)  
SANEAMENTO NA FREGUESIA DE  
ALVAIÁZERE: LUGARES DE ROMINHA, CASAL  
NOVO E CAMPO"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada da "Despoluição integrada do Rio Nabão (Dependência da ETAR de Alvaiázere) Saneamento na Freguesia de Alvaiázere: Lugares de Rominha, Casal Novo e Campo" adjudicada à empresa José Marques Grácio, S.A., conforme o auto de receção definitiva devidamente outorgado pelos intervenientes no processo;
2. Nos termos do disposto n.º 295.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, proceder à liberação da caução, devendo ser comunicado ao serviço de gestão financeira.

**(Aprovado por maioria)**

**RECEÇÃO DEFINITIVA - "REQUALIFICAÇÃO  
URBANA DA ZONA ENVOLVENTE AO EDIFÍCIO  
DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO - 1ª  
FASE/INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PÚBLICAS E  
ARRANJOS EXTERIORES/NASCENTE DA ZONA  
DA CMA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada da "Requalificação Urbana da Zona Envolvente ao edifício dos Paços do Município – 1ª Fase/Instalações sanitárias públicas e arranjos exteriores/nascente da zona da CMA", adjudicada à empresa Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo;
2. Nos termos do disposto n.º 295.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro,

na sua atual redação, proceder à liberação da caução.”

**(Aprovado por maioria)**

**LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -  
"REQUALIFICAÇÃO URBANA DE CABAÇOS"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

De acordo com a norma em apreço e na qualidade de dono da obra, autorizar a liberação de 30% da caução prestada à empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., para execução da empreitada "Requalificação Urbana de Cabaços", devendo ser comunicada a presente deliberação aos serviços de gestão financeira.

**(Aprovado por maioria)**

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA  
- PROCESSO N.º 105/2019**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

Relativamente ao processo de obras n.º 105/2009, declarar a caducidade da licença e o respetivo arquivamento do processo, conforme informação técnica supra.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
DAS APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E NOVAS  
TECNOLOGIAS EM ARQUEOLOGIA - APOIO  
PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS DE  
INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO  
CONCELHO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, tendo em conta relevância e a importância do espólio recolhido noutras intervenções, que considera do maior interesse público, sendo esta Associação a única que possui competências nesta matéria, e o disposto no t) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1- Apoiar a iniciativa com a atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€ (três mil

euros) à CAAPortugal - Associação para o Desenvolvimento das Aplicações Informáticas e Novas Tecnologias em Arqueologia, através de transferência bancária IBAN pt 003300004548607837205 – Millenium BCP, devendo ser especificado aquando da comunicação da presente deliberação, que o apoio municipal se destina aos trabalhos a efetuar no sítio arqueológico Algar da Água, Serra de Alvaiázere, bem como aos trabalhos de gabinete e laboratório dos artefactos integrados no projeto de investigação MEDICE (Memórias, Dinâmicas e Cenários da Pré-História à Época Clássica no Alto Nabão), coordenado pelo Instituto Politécnico de Tomar, na pessoa da Dra. Alexandra Figueiredo e autorizado pela DGPC. A despesa prevista no valor de 3.000,00€ (três mil euros) tem dotação orçamental na classificação orçamental 0102/07030313, GOP 02 008 2013/27, sendo o número sequencial de cabimento o 13.221;

2- Disponibilizar transporte nos dias solicitados;

3- Mandar transferir o montante concedido até finais do mês de março, atendendo às especificidades do espaço a intervencionar, às medidas de segurança a implementar e aos trabalhos técnicos a desenvolver por técnicos especializados em antropologia e arte rupestre e aos bens que terão de ser adquiridos;

4- O espólio que resulte deste trabalho de investigação passará a integrar o espólio museológico do Museu Municipal de Alvaiázere, à semelhança do que se verificou em anos anteriores, reconhecendo este Órgão Executivo a importância do espólio recolhido noutras intervenções, que já foi solicitado, de forma temporária, para integrar uma exposição do Museu Nacional de Arqueologia, passando posteriormente por outros Museus do país, em regime de itinerância.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS  
DO CONCELHO DE ALVAIÁZERE - PEDIDO DE  
ISENÇÃO DE TAXAS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, isentar Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alvaiázere, do pagamento das taxas devidas pela utilização do Museu Municipal, no valor total de 10,42€ (dez euros e quarenta e dois cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL  
CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA  
DE S. PEDRO - PEDIDO DE APOIO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a atribuição de um apoio 300€ (trezentos euros), que deve onerar a AMR 02/006/2017/5036 - Outros subsídios, possuindo o número sequencial de cabimento 13282.

**(Aprovado por unanimidade)**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE MARÇO  
DE 2017**

**ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DO  
PRÉDIO RÚSTICO N.º 1391 DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Proceder à alienação do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 13911 da freguesia de Alvaiázere, anteriormente

inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 156 da freguesia de Alvaiázere (extinta), sito em Quinta, com uma área total de 4321,55 m2, com confrontações a sul com Rua da Quinta da Rosa, a nascente com Rua E, o poente com Rui Manuel Esteves de Oliveira e outro e a norte com Fernando Lagoa Batista, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o registo n.º 3502 da freguesia de Alvaiázere, avaliado em €46.715,95 (quarenta e seis mil, setecentos e quinze euros e noventa e cinco cêntimos);

2. Aprovar a alienação do referido prédio, na modalidade de hasta pública, nos termos da conjugação das alíneas g) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual;

3. Que a comissão que dirige o procedimento e a praça seja composta pelos seguintes elementos:

i. Presidente: Francisco Agostinho Maria Gomes – Vereador da Câmara Municipal;

ii. Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos: José Luís Alves de Carvalho;

iii. Vogal: Patrícia Alves Afonso;

iv. 1.º Vogal suplente, que substituirá os membros da Comissão, em caso de falta ou impedimento: Hilário Duarte Godinho Simões;

v. 2.º Vogal suplente, que substituirá os membros da Comissão, em caso de falta ou impedimento: Bruno Carvalho;

4. Aprovar o Edital e as respetivas normas disciplinadoras da alienação;

5. Delegar na Presidente da Câmara a competência para resolver eventuais dúvidas que surjam do decurso do presente procedimento e proceder à adjudicação definitiva ou à não adjudicação, de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 92.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

**(Aprovado por unanimidade)**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE  
OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS  
DIREITOS E GARANTIAS DO ESTATUTO DO  
DIREITO DE OPOSIÇÃO DO ANO 2016**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito pelos direitos e garantias do estatuto do direito de oposição do ano de 2016;
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, remeter o presente relatório ao Presidente da Assembleia Municipal de Alvaiázere e aos Membros da Assembleia Municipal do PS e do CDS;
3. Publicar o presente relatório no boletim municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição e na página da internet do Município.

**(Aprovado por maioria)**

**REGULAMENTO DO ORÇAMENTO  
PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE  
ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o projeto do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Alvaiázere, que pretende estabelecer os normativos que balizam o funcionamento deste instrumento de estímulo à participação democrática;
2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a

publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no Diário da República, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt, com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O  
MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E O  
MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar o protocolo a celebrar entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Município de Alvaiázere, para a realização das obras intermunicipais;
2. Delegar competências na Presidente da Câmara Municipal, Arq. Célia Margarida Gomes Marques, para a outorga do protocolo entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Município de Alvaiázere;
3. Mandar proceder à alteração orçamental prevista na rubrica 0102 07030308 e na GOP 2017/22, de modo a prever a dotação total necessária para a realização da intervenção.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PROCEDIMENTO CONCURSAL  
"INSTALAÇÃO DA PLATAFORMA  
EMPRESARIAL"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1- Dar início ao procedimento concursal público da empreitada referente à "Instalação da Plataforma Empresarial;
- 2- Aprovar as peças do procedimento em anexo, novo mapa de quantidades e a peça desenhada n.º 18;
- 3- A aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o preço base de €330.340,00 euros, o prazo de execução da obra de 180 dias e o critério de adjudicação o do preço mais baixo;
- 4 - Nos termos do artigo 67.º do CCP, para a condução do procedimento, é nomeado o seguinte júri:

Membros Efetivos:

Presidente: José Luís Alves de Carvalho;

1.º Vogal: Patrícia Cristina Alves Pedro Afonso;

2.º Vogal: Ana Cristina dos Santos Godinho da Costa;

Membros Suplentes:

1.º Vogal: Isabel Barreira Pimenta;

2.º Vogal: Sandra Paula Jesus Simões;

5-Nos termos dos artigos 69.º, nº 2, do CCP, e 44.º, nºs 1 e 2, 47.º e 49.º, nº 1, do CPA, a delegação, no júri do procedimento, as seguintes competências:

a. Disponibilização das peças do procedimento e registar os nomes dos interessados que as recebam (artigo 133.º, nºs 2 e 4, do CCP);

b. Prestar esclarecimentos (artigo 50.º, nº 1, do CCP);

c. Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento (artigo 50.º, nº 3, do CCP);

d. Manter a suspensão do procedimento em caso de apresentação de erros e omissões (artigo 61.º, nº 4, do CCP);

e. Pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados pelos interessados (artigo 61.º, nº 5, do CCP);

f. Prorrogar do prazo fixado para apresentação das propostas (artigos 64.º, nºs 1 a 3, e 133º, nºs 6 e 7, do CCP);

g. Classificar e desclassificar documentos, bem como estabelecer um modo alternativo da apresentação de documentos classificados e prorrogar o prazo para o efeito (artigo 66.º, nºs 2, 4 e 5, do CCP);

h. Proceder à notificação dos concorrentes e do adjudicatário da decisão de adjudicação (artigo 77.º, nº 1, do CCP) e, quanto a este:

(i) Para apresentar os documentos de habilitação, incluindo originais e complementares, justificar as razões por que não apresentou os mesmos documentos no prazo devido e conferir-lhe prazo, sendo o caso, para os apresentar (artigos 77º, nº 1, alínea a), 81.º, nº 8, 83.º, nº 5, 85.º, nº 1, e 86.º, nºs 2 e 3, do CCP);

(ii) Para apresentar caução, quando devida (artigos 77.º, nº 1, alínea b), e 88º e seguintes, do CCP);

(iii) Para confirmar os compromissos assumidos por terceiros, quando propostos (artigos 77.º, nº 1, alínea c), e 92.º e seguintes, do CCP);

(iv) Da minuta do contrato e para se pronunciar sobre ela (artigo 100.º do CCP);

(v) Da decisão sobre a aprovação ou rejeição de reclamações à minuta do contrato e da sua versão final (artigo 102.º, nº 2, do CCP);

(vi) A data, a hora e o local para a outorga do contrato e apresentar os documentos ainda necessários para o efeito (artigo 104.º, nº 3, do CCP);

i. Propor ao órgão competente para a decisão de contratar ajustamentos ao contrato a celebrar (artigo 99.º do CCP);

j. Proceder à notificação dos concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, sobre os ajustamentos ao contrato a celebrar (artigo 103.º do CCP).

**(Aprovado por maioria)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA CASA MUNICIPAL DA CULTURA PELA AL-BAIÄZ - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, isentar a Al-Baiäz - Associação de Defesa do Património, do pagamento das taxas devidas pela utilização da Casa



Municipal da Cultura, no valor total de 62.10€ (sessenta e dois euros e dez cêntimos), considerando este Órgão Executivo que é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE  
UTILIZAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL PELA  
ADECA - ASSOCIAÇÃO DE  
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO  
CONCELHO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, isentar a ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere, do pagamento das taxas devidas pela utilização do Museu Municipal, no valor total de 31.26€ (trinta e um euros e vinte e seis cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE  
UTILIZAÇÃO DA CASA MUNICIPAL DA  
CULTURA PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS  
DE ALVAIÁZERE**

utilização da Casa Municipal da Cultura, no valor total de 49,68€ (quarenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente ao abrigo do disposto no n.º 3 do ar.º 35.º do RJAL e isentar o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, do pagamento das taxas devidas pela



Exmo(a). Senhor(a)  
Acílio Dias Godinho  
Praça Carlos Aboím Inglês, N.º 2 - 4º Dtº

2610-287 AMADORA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência  
1160

Data  
27/03/2017

**ASSUNTO:** Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito pelos Direitos e Garantias do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2016.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, as autarquias locais elaboram, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da mesma Lei.

Nestes termos, o Relatório do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao não de 2016, foi submetido à aprovação do Executivo na reunião ocorrida a 22 de março do corrente ano. Assim, após a sua aprovação pela Câmara Municipal, junto se envia a V. Ex.ª o referido relatório.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da Câmara,

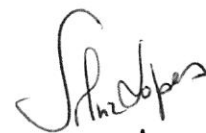
**Célia Margarida  
Gomes Marques**

Digitally signed by Célia  
Margarida Gomes Marques  
Date: 2017.03.31 17:07:20  
+01:00  
Location: Portugal

Célia Margarida Gomes Marques, Arq.ª







Relatório de avaliação do grau de observância do  
respeito pelos direitos e garantias do

# **ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**

2016

---



## ÍNDICE

ÍNDICE .....	i
1. Introdução .....	2
2. Direito à informação .....	3
3. Direito de consulta prévia.....	4
4. Direito de participação .....	4
5. Direito de depor .....	4
6. Conclusão .....	4

## 1. Introdução

A Lei nº 24/98, de 26 de maio, aprova o Estatuto do Direito de Oposição assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais, oposição esta que, nos termos do artigo 2º do referido diploma legal, consiste na atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos em epígrafe.

De acordo com o artigo 10.º deste diploma, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até fim de março do ano subsequente àquele a que se referam, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito e garantias constantes na legislação. Assim sendo, o presente documento tem como objetivo proceder à avaliação do cumprimento dos direitos explanados na Lei nº 24/98, de 26 de maio, durante o ano civil de 2016, por parte dos órgãos que exerceram funções executivas no Município de Alvaiázere.

Segundo o artigo 3.º da Lei do Estatuto do Direito de Oposição e tendo em consideração o fim do presente relatório, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo, bem como os partidos políticos representados nas câmaras municipais, em que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

Assim, com a devida interpretação da letra de lei, para as autarquias locais, importa sublinhar que os titulares do direito de oposição não são os membros das assembleias municipais, mas sim os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos e que não estejam representados no respetivo órgão executivo ou que, embora representados nas câmaras municipais, verifiquem que os seus eleitos não assumem qualquer função executiva.

No Município de Alvaiázere, o Partido Social Democrata (PSD) é o único representado na Câmara Municipal com pelouros e poderes delegados. Assim, nos termos do artigo 3.º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, são titulares de direito de oposição:

- O Partido Socialista (PS), representado na Câmara Municipal por um vereador não executivo, e por dois eleitos na Assembleia Municipal;
- O Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), representado na Câmara Municipal por um vereador não executivo e por dois membros na Assembleia Municipal, embora tenha elegido três candidatos nas eleições autárquicas do dia 29 de setembro de 2013.





O direito de oposição materializa-se e desenvolve-se na consubstanciação do **direito à informação**, no **direito de consulta prévia** respeitante às propostas de orçamentos e de planos de atividade, no **direito de participação** e no **direito de depor**.

Nestes termos, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e nos termos da alínea u) do número 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relatam-se as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, sendo que o presente relatório será distribuído aos representantes dos partidos políticos nos órgãos representativos do Município de Alvaiázere, entenda-se, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

## **2. Direito à informação**

Durante o período em análise pelo presente relatório, e em pleno cumprimento do artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os titulares do direito de oposição foram sendo informados regular e diretamente, quer por escrito, quer oralmente e sempre em prazo razoável, por parte da presidência do executivo no ano de 2016, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público do Município de Alvaiázere, relacionados com a sua atividade.

Assim, no âmbito das alíneas s), t), u), x), y), do número 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como pela alínea o), do número 2 do artigo 35.º do mesmo diploma, e em consideração pelo artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio:

- a) Procedeu-se à comunicação de todas as informação relacionadas com os assuntos de interesse público municipal, com elevado grau de detalhe, as quais foram disponibilizadas atempadamente a todos os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, antes da realização de cada sessão ordinária e extraordinária dos respetivos órgãos. Neste capítulo, em particular, não só as propostas dos documentos previsionais foram cedidos aos representantes dos partidos da oposição com acento no órgão executivo, como foram promovidas reuniões prévias à aprovação dos documentos, para expor e debater a proposta;
- b) Deu-se resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da assembleia municipal, dentro do prazo legalmente estabelecido;
- c) Procedeu-se à devida publicitação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares, destinadas a ter eficácia externa, conforme o artigo 56.º da Lei, n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- d) Remeteu-se, à Assembleia Municipal, através do seu Presidente, cópia das minutas das atas após a sua aprovação, para consulta dos respetivos membros, sendo que as atas das reuniões da Câmara Municipal são públicas, podendo ser consultadas por qualquer cidadão;
- e) Remeteu-se, à Assembleia Municipal, através do seu Presidente, documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de

natureza similar, indispensável à análise crítica e objetiva da informação remetida.

- f) Foi dado conhecimento aos restantes membros do órgão executivo, e remeteu-se ao órgão deliberativo, cópias dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade do órgão executivo e dos serviços, no prazo legalmente estabelecido.

Durante o período em análise não foi remetido, por parte dos vereadores não executivos, qualquer tipo de pedido de informação escrita.

### **3. Direito de consulta prévia**

No ano civil de 2016, em pleno cumprimento pelo número 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o executivo autárquico deu conhecimento aos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, que não fazem parte dos correspondentes executivos, ou que neles não assumem pelouros ou outras formas de responsabilidade direta, sobre as propostas orçamento e do plano, em prazo razoável.

### **4. Direito de participação**

No período em consideração, aos partidos políticos da oposição, não lhes foi, em circunstância alguma, vedado o direito de se pronunciarem e intervirem pelos meios constitucionais e legais ao seu dispor, quer sejam pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos, protestos ou outrem, sobre quaisquer questões de interesse público relevante.

Mais se informa que todos os membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, foram convidados a estar presentes e a participarem em todos os atos e atividades oficiais, durante o ano civil de 2016.

### **5. Direito de depor**

Tendo em conta que os eleitos locais, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, não intervieram em qualquer comissão no âmbito do artigo 8.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, não esteve o executivo municipal sujeito a qualquer tipo de obrigação nesta matéria, pelo que nada resulta a referir relativamente ao exercício deste direito, durante o ano civil de 2016.

### **6. Conclusão**


Em função do transcrito, pode-se concluir que os eleitos que assumem funções executivas na Câmara Municipal, durante o período em análise, promoveram o total cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, tendo-se assumido como agentes garantes dos direitos dos eleitos locais na oposição.

Neste sentido, em cumprimento pelo artigo 10.º, do número 2 do Estatuto do Direito da Oposição, determino que este relatório seja enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alvaiázere e aos representantes dos órgãos autárquicos titulares do direito de oposição, Senhora Vereadora do PS, Senhor vereador do CDS.

PP, Membros da Assembleia Municipal do PS e do CDS. Mais determino que o mesmo seja publicado na página eletrónica do Município.

Alvaiázere, 17 de março de 2017

A Presidente da Câmara Municipal

  
Célia Margarida Gomes Marques

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE

Presente à reunião de 22/03/2017

Deliberação tomada: Aprovada

por unanimidade

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Célia Margarida  
Gomes Marques

Digitally signed by Célia  
Margarida Gomes Marques  
Date: 2017.03.20 16:49:30  
+00:00  
Location: Portugal





Minuta

## **PROTOCOLO PARCERIA PÚBLICO-PÚBLICO**

### **Preâmbulo**

Considerando que o pavimento do troço da Estrada Municipal 517, da saída da Arega ao entroncamento para o Janalvo que faz ligação entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Município de Alvaiázere se encontra num estado de degradação bastante acentuado, necessitando duma intervenção urgente;

Considerando que o Município de Figueiró dos Vinhos apresentou uma proposta de intervenção, nomeadamente o projeto de execução e a estimativa do custo das obras, propondo a realização da obra em conjunto, nomeadamente, assumindo cada Município o custo dos respetivos trabalhos, nos termos definidos nas cláusulas seguintes;

Considerando que os Serviços Técnicos do Município de Alvaiázere confirmaram que a infraestrutura existente necessita de obras de reabilitação;

Entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Município de Alvaiázere é celebrado o presente protocolo, nos termos do disposto nos artigos 200.º a 202.º do Código do procedimento Administrativo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

### **Cláusula 1.ª**

#### **(Sujeitos)**

PRIMEIRO: Município de Figueiró dos Vinhos, pessoa coletiva de direito público n.º 506546381, representado por Jorge Manuel Fernandes de Abreu, natural da freguesia e concelho de Figueiró dos Vinhos, residente na Rua Fernando Simões Pires (jornalista), 3260-419 Figueiró dos Vinhos, portador do cartão de cidadão n.º 6601019, válido até 30/08/2021, contribuinte fiscal n.º 178798479, o qual outorga em representação do Município, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal e com poderes para o ato, conforme deliberação tomada na primeira reunião de funcionamento da Câmara Municipal de 23/10/2013;

SEGUNDO: Município de Alvaiázere, pessoa coletiva de direito público n.º 506605949, representado por Célia Margarida Gomes Marques, natural da freguesia e concelho de

Alvaiázere, residente na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente. 3150-195 Condeixa a Nova, portadora do cartão de cidadão n.º 11358562 válido até 25/02/2021, contribuinte fiscal n.º 166089087, a qual outorga em representação do Município, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal e com poderes para o ato, conforme deliberação em reunião extraordinária de Câmara Municipal de 30/05/2015.

## **Cláusula 2.ª**

### **(Objeto)**

O objeto do presente Protocolo é a realização das seguintes intervenções:

- Obras intermunicipais – Reposições pontuais de pavimentos e aplicação micro aglomerado a frio nos seguintes locais:
- Repavimentação de troço da EM 517; da saída da Arega ao entroncamento para o Janalvo.

## **Cláusula 3.ª**

### **(Dono da Obra)**

Ao Município de Figueiró dos Vinhos, como "*Dono da Obra*", compete:

- a) Preparar todo o procedimento administrativo e proceder à adjudicação da obra, bem como a todas as ações processuais que lhe competem como "Dono da Obra";
- b) Garantir que a obra seja executada em regime de empreitada por série de preços;
- c) Garantir que o projeto seja previamente aprovado pelos Municípios signatários;
- d) Promover a execução das obras em conformidade com o projeto aprovado pelos dois Municípios, bem como recolha de todos os pareceres legais;
- e) Fiscalizar a execução do contrato de empreitada, notificando o adjudicatário e o Município de Figueiró dos Vinhos quando não se verifique o cumprimento integral de todas as peças do projeto;
- f) Garantir o financiamento de 50% do valor dos trabalhos executados nos troços comuns aos dois concelhos, conforme planta anexa, que faz parte integrante do presente contrato e conforme os autos de medição apresentados e verificados;
- g) Custear 50% de todos os encargos referentes à execução de eventuais trabalhos a mais, ocorridos nos troços identificados na alínea f), devidamente justificados e eventuais indemnizações.

## **Cláusula 4.ª**

### **(Co-Contratante)**

Ao Município de Alvaiázere compete:

- a) Aprovar, juntamente com o Município de Figueiró dos Vinhos, o projeto definitivo da intervenção a realizar;

- b) Prestar o apoio técnico que lhe for solicitado pelo Município de Figueiró dos Vinhos e colaborar com a fiscalização;
- c) Garantir o financiamento de 50% do valor dos trabalhos executados nos troços comuns aos dois concelhos, conforme planta anexa, que faz parte integrante do presente contrato e conforme os autos de medição apresentados e verificados;
- d) Custear 50% de todos os encargos referentes à execução de eventuais trabalhos a mais, ocorridos nos troços identificados na alínea f), devidamente justificados, e eventuais indemnizações;
- e) Promover o pagamento ao Município de Figueiró dos Vinhos, após a apresentação dos autos de medição da obra e respetivo pedido de pagamento pela Autarquia.

**Cláusula 5.ª**

**(Omissões)**

Em caso de conflito ou situações não especificadas, o presente protocolo reger-se-á pelas normas previstas no Código dos Contratos Públicos.

Feito em duplicado, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

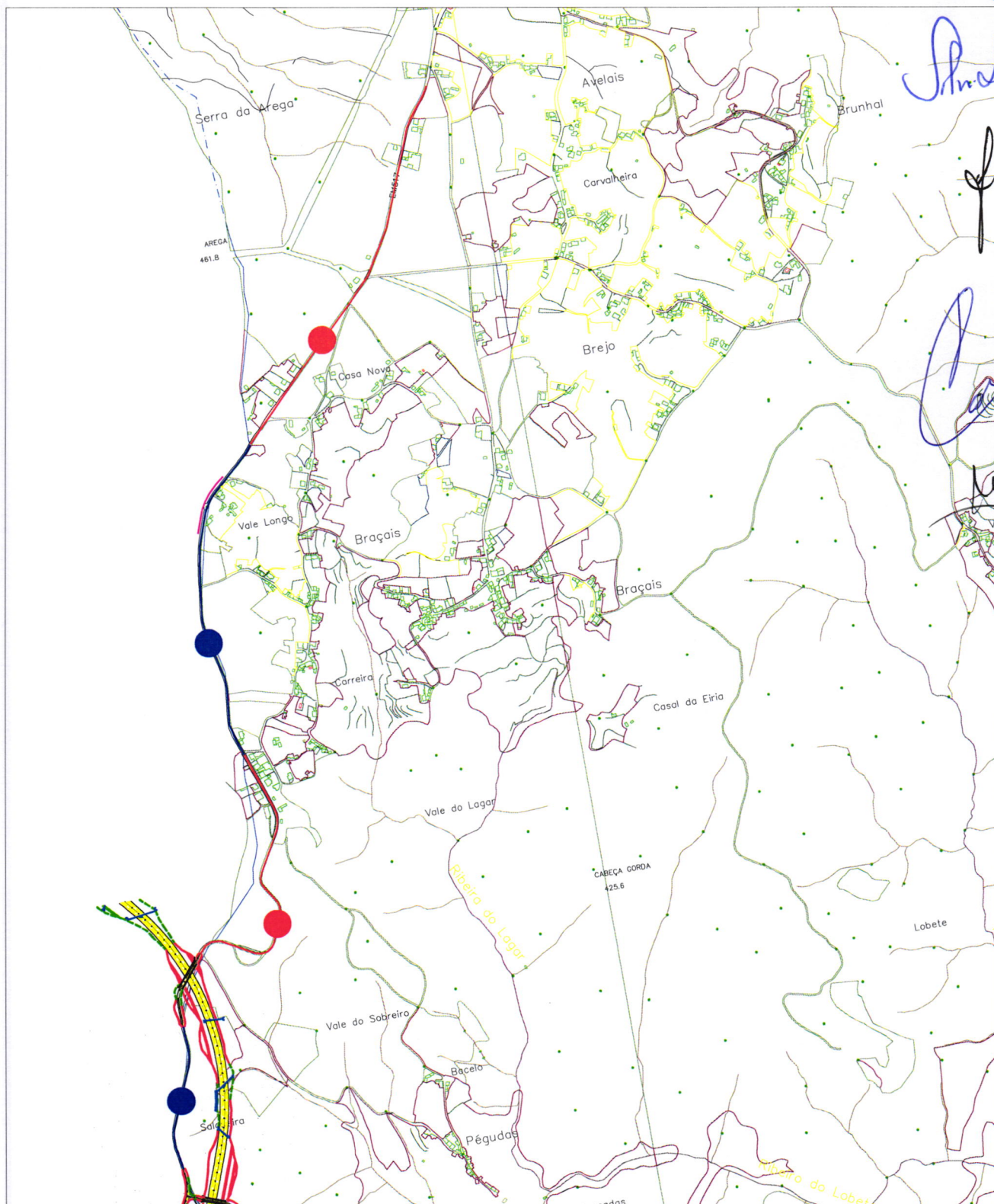
O Presidente do Município de Figueiró dos Vinhos,

\_\_\_\_\_  
(Jorge Manuel Fernandes de Abreu)

A Presidente do Município de Alvaiázere,

  
\_\_\_\_\_  
(Célia Margarida Gomes Marques)





- Troço EM 517 no concelho de Figueiró dos Vinhos a pavimentar com microaglomerado a frio
- Troço EM 517 nos concelhos da Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere a pavimentar com microaglomerado a frio
- Troço EM 517 nos concelhos da Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere a pavimentar com camada de regularização e micro aglomerado a frio